

**DECRETO Nº 60.215, DE 15 DE JANEIRO DE 2026 - Dispõe sobre a Programação Financeira do Estado de Pernambuco para o exercício de 2026 (Atualiza o Boletim nº 002/2025).**

## Programação Financeira para o Exercício de 2026

A Secretaria da Controladoria-Geral do Estado – SCGE, por meio da Gerência Geral de Convênios e Regularidade – GGCON / Coordenadoria de Orientação e Prestação de Contas – COR, no exercício de sua função de orientação aos gestores, apresenta os principais pontos do Decreto nº 60.215/2026, que dispõe sobre a Programação Financeira do Estado de Pernambuco para o exercício de 2026. A Programação Financeira observará os Anexos 1 a 6 do Decreto<sup>1</sup>, sendo imprescindível a leitura integral da norma para o pleno conhecimento das regras, limites e procedimentos aplicáveis.

### **- Programação do Grupo 3 – Outras Despesas Correntes**

A Programação Financeira do Anexo 4 – Grupo 3 ocorre em períodos quadrimestrais. Excepcionalmente, o 2º e o 3º quadrimestres poderão ser executados de forma conjunta, desde que os tetos de controle da despesa sejam previamente pactuados, conforme o Decreto nº 44.279/2017.

### **- Revisão e alteração das quotas de programação financeira**

As **quotas de programação financeira** estabelecidas no referido Decreto poderão ser revistas, mediante **acréscimo, redução ou remanejamento, a critério da Câmara de Programação Financeira – CPF**, observados os limites das Metas de Controle da Despesa e tetos pactuados.

Os pedidos de **alteração ou inclusão de quotas** deverão ser:

- **Elaborados pelas Unidades Gestoras Cordenadoras – UGCs; e**
- **Encaminhados à Coordenação de Controle do Tesouro Estadual – CTE/ SEFAZ, exclusivamente por meio do sistema e-Fisco.**

<sup>1</sup> Anexos do Decreto nº 60.215/2026 disponibilizados em:  
<https://www.sefaz.pe.gov.br/Legislacao/Financeira>

## **- Documentação necessária para análise pela CPF**

As solicitações de alteração ou inclusão de quotas deverão ser **submetidas à CPF pela SEFAZ**, devidamente instruídas com os seguintes elementos:

- Impacto da alteração ou majoração nas **Metas de Controle da Despesa pactuadas**;
- **Saldo disponível** na ficha financeira objeto do pedido;
- **Saldos disponíveis** nas demais fichas financeiras da UGC solicitante e de suas UGEs; e
- **Histórico de execução** da ficha financeira.

## **- Periodicidade das solicitações por grupo de despesa**

A critério da CPF, as solicitações de **alteração ou inclusão de quotas de programação financeira** relativas aos **Grupos de Despesa 3, 4 e 5 do Poder Executivo**, excetuadas aquelas provenientes de **recursos próprios**, poderão ser elaboradas em **ciclos bimestrais**.

## **- Dispensa das solicitações de alterações das quotas de programação financeira**

As quotas de programação financeira são dispensadas de submissão aos ciclos bimestrais e à análise CPF quando se referirem a:

- Alterações decorrentes de **reforma administrativa**;
- Correção de **erros de operacionalização**;
- Remanejamento para **adequação de valores das quotas**, quando enquadrados pelos órgãos e entidades às **Metas de Controle da Despesa pactuadas**;
- Adequação das quotas por **alterações orçamentárias descentralizadas**;
- Quando **as quotas se referirem a**:
  - a) **Folha de pagamento**;
  - b) **Auxílio-funeral e indenizações por invalidez e morte**;

- c) **Recursos de convênios, operações de crédito** e suas respectivas contrapartidas estaduais, desde que enquadrados às **Metas de Controle da Despesa pactuadas**;
- d) **Recursos próprios das entidades supervisionadas**, desde que enquadrados às **Metas de Controle da Despesa pactuadas**;
- e) **Adequação financeira das Unidades Gestoras de Encargos Gerais do Estado**;
- f) **Alterações** nas quotas de **emendas parlamentares**;
- g) **Demandas** decorrentes de **decisões judiciais**, e
- h) **Outros casos excepcionais** definidos pela CPF.

## **- Tratamento específico dos recursos próprios das entidades supervisionadas**

No caso das **quotas referentes a recursos próprios das entidades supervisionadas**, estas serão estabelecidas por meio de **teto financeiro** implantado no sistema **e-Fisco**, em limite definido pela **SEFAZ**, com base no comportamento das arrecadações de exercícios anteriores e na arrecadação verificada no exercício corrente.

Esses limites poderão ser ajustados ao longo do exercício, de acordo com a arrecadação efetivamente realizada.

- **Acréscimo de quotas**: deverá ser solicitado mediante **ofício encaminhado à CTE/SEFAZ**, por meio do **Sistema SEI**, com as devidas justificativas, discriminando a finalidade do pedido e acompanhadas de demonstrativos do excesso de arrecadação, superávit do exercício anterior ou outras fontes de receita que evidenciem a possibilidade de alteração do teto;
- **Redução de quotas**: poderá ser realizada **de ofício pela SEFAZ**, quando constatada a diminuição da arrecadação ou de dotação orçamentária.

## **- Regras que devem ser observadas pelas UGCs**

No processo de alteração de quotas, as **UGCs** deverão observar as seguintes determinações:

- Consolidar os pleitos de alteração e inclusão em, no máximo, **cinco solicitações por ficha financeira**, em cada ciclo bimestral;
- Verificar a **adequada vinculação do programa de trabalho** à despesa a ser executada;
- Solicitar quotas de programação financeira **apenas para parcelas referentes o exercício financeiro vigente**;
- Solicitar quotas relativas a **convênios de receita, contratos de repasse e outras transferências** conforme as parcelas previstas no **cronograma de desembolso constante do plano de trabalho** do instrumento pactuado.

- **Informações obrigatórias no campo “Justificativa”**

Nos casos de **complementação, redução ou remanejamento de quotas**, a justificativa deverá conter, conforme o caso:

- os **elementos necessários à análise do pedido**;
- o **motivo da redução ou remanejamento**, com indicação da solicitação a ser reduzida e da necessidade de incremento da ficha contemplada, quando aplicável;
- a **justificativa para ajuste do cronograma**, de modo a não comprometer a execução subsequente; e
- a **relação dos códigos das licitações no GBP – Gestão do Banco de Preços do e-Fisco**, quando se tratar de contratos já existentes.

- **Responsabilidades do Ordenador de Despesa**

- Sob pena de responsabilidade, os ordenadores de despesa não poderão utilizar os recursos aprovados para finalidade diversa da Programação Financeira, nem assumir

compromissos financeiros além dos limites mensais estabelecidos, salvo quando houver acréscimo de quotas expressamente autorizado pela CPF.

- **Exigências para evitar bloqueio de disponibilidade financeira**

Os órgãos e entidades deverão acompanhar, de forma permanente, o cumprimento das exigências abaixo, sob risco de **bloqueio da disponibilidade financeira pela SEFAZ**:

- Manutenção da **adimplência com tributos federais e contribuições sociais**;
- As entidades da administração indireta dependentes do Tesouro Estadual deverão informar:
- Até o **10º dia do mês subsequente**, a posição mensal dos parcelamentos junto à União relativos a tributos, contribuições sociais, previdenciárias e FGTS; e
- Até o **dia 16 de janeiro do exercício seguinte**, a posição do exercício encerrado;
- As entidades e UGEs executoras de **convênios de receita, contratos de repasse e outras transferências** deverão: cadastrar as respectivas receitas no **Sistema de Acompanhamento de Convênios – ACO**, no âmbito do e-Fisco; manter o cadastro atualizado; registrar tempestivamente os ingressos de receita e a execução da despesa e inserir a correspondente **prestação de contas**.

A CPF poderá delegar à **CTE/SEFAZ** a realização de adequações nos **limites das solicitações** e nos **prazos** estabelecidos neste Decreto.

Para demais orientações, a **GGCON/COR** coloca-se à disposição por meio do portal **SCGE Orienta**, no endereço eletrônico: [www.scgeorienta.pe.gov.br](http://www.scgeorienta.pe.gov.br).